

GONÇALO MENDES RAMIRES E CELESTINO: MASCULINIDADE, VIOLÊNCIA E COLONIALISMO OU O QUE NÃO SE PODE ESQUECER

*GONÇALO MENDES RAMIRES AND CELESTINO: MASCULINITY, VIOLENCE AND
COLONIALISM OR WHAT CAN NOT BE FORGOTTEN*

Rodrigo Valverde Denubila¹

Resumo: Nesta reflexão, investigamos aspectos que nos permitem unir e distanciar Gonçalo Mendes Ramires e Celestino. O primeiro é personagem de *A ilustre casa de Ramires*, de Eça de Queiroz, escritor do Realismo português oitocentista; o segundo, de *A visão das plantas*, de Djaimilia Pereira de Almeida. Em relação ao texto contemporâneo, o cotejamento com a produção de Eça de Queiroz nos permite identificar traços qualificadores do século XIX. Por isso, adotamos como método a descrição o máximo possível pormenorizada de elementos constitutivos do oitocentos. Interseccionamos História europeia com História lusa para assim entendermos como elementos psicossociais característicos do século XIX se fazem presente nos seres ficcionais focalizados. À medida que relacionamos período histórico e psicossocial identificamos a dicotomia existente entre lembrar e esquecer de uma tradição cultural ocidental, de um passado alçado à categoria de mítico e de uma vivência. Em nosso percurso comparativo, nos valem das reflexões de Hannah Arendt, de Eric Hobsbawn, de Hans Jonas, de Eduardo Lourenço, de Oliveira Martins, de György Lukács, de Oyèrónkè Oyèwùmí.

Palavras-chave: Eça de Queiroz. Djaimilia Pereira de Almeida. Século XIX. Literatura portuguesa contemporânea.

Abstract: In this reflection, we investigate aspects that allow us to unite and distance Gonçalo Mendes Ramires and Celestino. The first is the character *A ilustre casa de Ramires*, by Eça de Queiroz, writer in 18th century Portuguese Realism; the second, from *A visão das plantas*, by Djaimilia Pereira de Almeida. About the contemporary text, the comparison with the production of Eça de Queiroz allows us to identify qualifying traits of the nineteenth century. We intersect European history with Portuguese history to understand how psychosocial elements characteristic of the nineteenth century are present in focused fictional beings. As we relate historical and psychosocial period, we identify the dichotomy between remembering and forgetting a Western cultural tradition, of a past raised to the category of mythic and of an experience. In our comparative journey, we use the reflections of Hannah Arendt, Eric Hobsbawn, Hans Jonas, Eduardo Lourenço, Oliveira Martins, György Lukács, Oyèrónkè Oyèwùmí.

Keywords: Eça de Queiroz. Djaimilia Pereira de Almeida. 19th century. Contemporary Portuguese literature.

Introdução

Ao longo desta discussão, investigamos o contexto psicossocial e histórico por trás da construção das personagens Gonçalo Mendes Ramires, de *A ilustre casa de Ramires*, de Eça

¹ Doutor em Estudos Literários pela FCL-UNESP/Araraquara. Pós-doutorado pela mesma instituição. Universidade Federal de Uberlândia (UFU) - Núcleo de Teoria Literária e Literaturas de Língua Portuguesa (NUCLIT). Membro do GRIOT (Grupo de Estudos e Pesquisas em Literaturas Pós-coloniais) e do NEP (Núcleo de Estudos Portugueses). rodrigo.denubila@ufu.br.

de Queiroz, e Celestino, o violento capitão de navio negreiro de *A visão das plantas*, de Djaimilia Pereira de Almeida. Apesar de mais de um século separar os ficcionistas, entendemos que elementos discretamente sublinhados pelo autor do século XIX - como o aumento na escala de violência junto à presença portuguesa em África, assim como alterações na política colonial - são desenvolvidos pela escritora contemporânea, quando esta retoma o oitocentos.

A argumentação empreendida, com base no cotejamento entre os dois seres ficcionais, lança luz na razão pela qual Eric Hobsbawm (2018, p. 19, grifo nosso) entende, em *A era dos impérios*, que o sentimento colonialista se faz presente no hoje, logo, precisa de atenção: “Mais que qualquer outra, a Era dos Impérios exige *desmistificação* precisamente porque nós - inclusive os historiadores - não vivemos mais nela, mas não sabemos quanto dela ainda vive em nós”. Se a ideologia da Era dos Impérios existe em nós é porque, de alguma forma, os propósitos e modos de ser de Gonçalo e Celestino se fazem presentes. Por não apreendermos quanto do discurso imperial resiste, podemos entender que há um elemento colonialista esquecido, mas que ainda aparece no século XX e XXI? O que esse jogo entre ter uma lembrança e não reconhecer que a tem revela? O que significa esquecer algo? O que é fundamental para a experiência do esquecimento?

O *Dicionário etimológico da língua portuguesa* descreve que esquecer origina-se do vocábulo latino *excadescere*, isto é, “olvidar, escapar, perder a lembrança” (CUNHA, 2010 p. 267). Como estamos diante de um verbo, temos a expressão de uma ação praticada por alguém. Qual ação? A perda da memória, a ausência de lembrança, o não pensar no fenômeno. Estas ponderações sobre a estrutura afetiva ligada ao caráter do fenômeno esquecer permitem que pensemos o antônimo lembrar. O esquecimento acarreta ausência de discurso devido ao olvidado, porém igualmente a ausência de um discurso manifestado pode significar o desejo de não verbalizar a lembrança para essa não ser superada e apagada da memória. Há o não dito, porque alguma coisa foi esquecida e há o não dito para que fatos não sejam esquecidos, conseqüentemente, pode ser lembrado. Mas há também o esquecido como apagar do trauma, mas este vive em estágio de latência. São heterogêneos os níveis entre esquecer e lembrar, entre ocultar e aparecer, entre encontrar e perder.

Em relação ao século XIX, existe a ideologia colonialista que não pode ser esquecida e deve ser dita, pensada e problematizada. Nessa chave de leitura, em *Do colonialismo como*

nosso impensado, Eduardo Lourenço (2016) demarca o impensado e o não verbalizado do colonialismo português. Mas olvidado para não ser desconstruído e, por isso, para não ser superado ou não pensado para não ser esquecido, não ser superado e, assim, mantido? Ou melhor, mantido pelas lentes do ideal. O filósofo português identifica a ausência de psicoterapia lusa coletiva profundamente necessária após séculos de um colonialismo nada inocente. Tanto a obra de Eça de Queiroz, quanto a de Djaimilia Pereira de Almeida trazem, em suas narrativas, a relação entre o dito e não dito, conforme desenvolveremos na seção “O sal, a terra e o que não se confessa”.

Reconhecemos, por conseguinte, ser possível compreender a dinâmica entre o lembrar e o esquecer de uma tradição, de um passado histórico e de uma vivência. Com esse percurso, investigamos o conjunto de fatores e de elementos envolvidos no fenômeno século XIX, isto é, o que identificamos como qualificar da experiência desse tempo sócio-histórico, entre eles, a consolidação do modo de vida burguês, as construções de identidade de gênero base no modelo burguês, a consolidação do capitalismo industrial e o discurso colonialista.

As obras cotejadas permitem o desenvolvimento desses pontos. Se, por um lado, ao longo da trama de *A ilustre casa de Ramires*, o autor Realista apresenta traços da política colonial portuguesa africana, no século XIX, como incerteza e como possibilidade redentora; por outro, a escritora portuguesa contemporânea nascida em Angola demarca, em narrativa de ritmo lento e breve, o motivo pelo qual o imperial e colonialista século XIX não pode ser esquecido, assim como precisa ser pensado, repensado para ser desmistificado, principalmente, porque - repetamos - “não sabemos quanto dele ainda vive em nós.” Gonçalo Mendes Ramires e Celestino são filhos do oitocentos. Essas orações assinalam o percurso reflexivo empreendido, isto é, transformá-las em interrogações pelo desdobramento dos elementos constitutivos de cada uma. O que significa ser filho da Era dos Impérios? O que é o século XIX? Adota-se, pois, como método a descrição do modo de ser de Gonçalo e de Celestino, pois essa metodologia nos ajudar a distinguir aspectos qualificadores da Era dos Impérios refletidos em dois homens, assim como o caráter a estrutura de um tempo psicossocial.

Cabe semelhantemente interrogar: o que é ser homem no século XIX? Quando aborda a construção do discurso colonial, a socióloga nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021) destaca que se deve ir além da dicotomia entre colonizados e colonizadores e expandi-la para as

relações de gênero. A interrogação se faz pertinente, pois quando ocorre a transformação no modo de ser de Gonçalo Mendes Ramires o narrador sublinha um ganho de virilidade após assinalar que agora o Fidalgo da Torre era um homem. A mudança na constituição afetiva e comportamental da personagem após (re)encontrar do chicote de seus antepassados, o ganho de masculinidade associada à violência e ao fim das humilhações são pontos importantes que merecem pormenorização, conforme feito em “Portugal do século XIX: o ser homem de Gonçalo Mendes Ramires e de Celestino”.

No ensaio “A fisionomia intelectual dos personagens artísticos”, György Lukács (2010, p. 188) entende que obras literárias significativas “delineiam sempre, cuidadosamente, a fisionomia intelectual dos personagens”. Partimos do pressuposto que ambos os seres ficcionais focalizados representam aspectos-chave do século XIX. Então, interroguemos: quanto da violência de Celestino e de Gonçalo vem do *é* do *ser* português colonial? A violência dentro de si descoberta por Gonçalo demarca uma condição do ser humano ou apenas do ser colonial? Como as fisionomias intelectuais de Gonçalo Mendes Ramires e de Celestino lançam luz sobre a constituição psicossocial dos oitocentos? Quanto Gonçalo e Celestino são causas do século XIX e quanto ajudam a criá-lo? Como como Celestino e Gonçalo sentem a experiência do sec. XIX?

Para buscarmos o conjunto de feições perceptivos das personagens focalizadas, adotamos como método a descrição - o máximo possível - pormenorizada de aspectos constitutivos dos oitocentos. Realizamos esse percurso devido à necessidade de encontrarmos as axiologias responsáveis por guiar as ações de Celestino e de Gonçalo Mendes Ramires. Crenças e interesses fazem parte da existência fática, movem o mundo, sendo este o local de instância da ação e o lugar de coisas. Identificar estruturas constitutivas do oitocentos implica identificar a aproximação entre as ações e as coisas que o capitalismo industrial rearranja de forma a construir o significado do ser pelas coisas como consequência das ações. Quando investiga por que Marx quebra com a tradição, Hannah Arendt (2013) focaliza a centralidade que o trabalho ocupa na nossa segunda modernidade, conforme no tópico “O mundo moderno ou a quebra da tradição”.

Em nosso movimento argumentativo, em que abordamos perspectivas macro ligadas à Europa, sobretudo, do século XIX, e micros, a Portugal, entendemos ser possível aproximar a literatura de Djaimilia Pereira de Almeida com a de Eça de Queiroz, mas semelhantemente

com a de Almeida Garrett. Em 1846, o autor romântico distinguia a necessidade dos portugueses não mais viajarem Tejo abaixo, mas sim Tejo acima. Ou seja, para dentro de Portugal. *Viagens na minha terra* contrapõem-se a *Os Lusíadas*. O narrador heterodiegético de *A visão das plantas* aponta que Celestino: “Não sabia a língua da terra, só a do mar” (ALMEIDA, 2021, p. 45). Obras canônicas da literatura portuguesa fomentam a linguagem literária que canta o mar e a linguagem literária que canta a terra.

Saber a língua do mar conota saber as regras da violência, saber as regras do sistema colonial. Quando o corsário fechava aos olhos, via sangue: “Podia nunca mais ver o mar. Fecho o olho e é sangue. A vizinha espreita depois da ceia. Porrada e couves” (ALMEIDA, 2021, p. 51). Dessa forma, faz-se necessário ponderar sobre a violência, o que fazemos em “Natureza violenta ou a violência da natureza”. Gonçalo Mendes Ramires criado na língua da terra precisou aprender a utilizar a do mar. Celestino criado na língua do mar precisou aprender a da terra. Aprofundamos a relação entre o mar, o sal, a terra e a História portuguesa no tópico “O sal, a terra e o que não se confessa”.

O inventário de axiologias ocorre à medida que o cantar o mar e a terra acontecem. A linguagem do mar foi aprendida e empreendida pela dinastia de Avis, cujo domínio vai de 1385 - com a ascensão de João de Avis a Dom João I depois da batalha de Aljubarrota - até 1580, sendo este o ano em que morre o cardeal Dom Henrique, último rei da dinastia. Este fora aclamado rei após a morte do sobrinho Dom Sebastião, em 1578, na batalha de Alcácer Quibir. Tanto Gonçalo, quanto Celestino vivem no tempo da dinastia de Bragança, a vista como decadente por Oliveira Martins (1991). Na mistura de linguagem, os tempos se cruzam, se costuram e se complementam. O que esquecido pode ser rememorado e ganhar outras tonalidades afetivas. Ao ponderarmos sobre a guinada colonialista, no oitocentos, o período das grandes navegações surge. Ou melhor, a ideologia construída nesse momento ressurgiu com outras feições modificações pelo interesse de outras Estados-nação pelos territórios africanos.

No ensaio “Situação africana e consciência colonial”, Eduardo Lourenço (2016, p. 133) reconhece que o poema épico *Os Lusíadas* “não inventou a nossa realidade de descobridores de mundos e colonizadores, mas converteu um momento privilegiado em Eterno Presente da alma portuguesa”. Celestino produz violência à medida que metonimicamente reproduz um modo de ser colonialista, como se esse fosse o traço

predicativo essencial do modo de ser português. Em outros termos, os valores predicativos foram transmutados em existenciais. Transforma-se uma condição histórica em ontológica.

Mas a hipotética verdade inabalável do *éthos* do fundamento da nacionalidade lusa - representada pela imagem do império - sofre diversos golpes ao longo do século XIX. Por causa desses atos, nas últimas décadas do oitocentos, o juízo que os portugueses tinham de si estava arranhado e as colônias em África funcionaram como plataforma para recuperar uma virilidade ideal. Para uma melhor compreensão desse ponto, intrinsecamente ligado ao comentário do narrador queirosiano de que Gonçalo se tornava mais homem à medida que fica mais violento, necessitamos apontar quais acontecimentos significativos da História lusitana do século XIX produziam a impressão de queda de virilidade, em especial, quando comparado com momentos anteriores.

Ao longo destas reflexões, interseccionamos duas personagens que vivem no século XIX. Em vista disso, adotamos como interrogação-chave esta inquirição: como Celestino e Gonçalo Mendes Ramires sentem a experiência do século XIX? As respostas possíveis nos ajudam a reconhecer traços qualificadores da fisionomia intelectual desses seres ficcionais, o que nos permite ponderar sobre a estrutura experiencial do oitocentos. Focalizando este período, faz-se necessário descrever e analisar pontos que formam a estrutura psicossocial e histórica da Europa e de Portugal daquele período. Por intermédio desse levantamento histórico, problematizamos o regime colonialista, à violência, assim como questões de gênero e de trabalho. Distinguimos que, em ambas as obras, há um silenciamento que nos leva a pensar se a ausência de confissão acontece para não gerar esquecimento da vivência ou se é um calar para esquecer.

Portugal do século XIX: o ser homem de Gonçalo Mendes Ramires e de Celestino

[...] na épica, o povo é visto como origem e como futuro, quer dizer, como um destino unitário, ao qual a ação heroica dotou de um sentido particular (ser digno dos heróis é continuá-los, prolongá-los, assegurar um futuro a esse passado que sempre se apresenta aos nossos olhos como um modelo) (PAZ, 2012, p. 201)

Nas páginas finais de *A ilustre casa de Ramires*, de Eça de Queiroz, a personagem João Gouveia compara Gonçalo Mendes Ramires com Portugal. A aproximação do destino do fidalgo da Torre com o destino português fomenta possibilidades interpretativas. Dentre elas, o aumento na escala de violência empreendida pela metrópole nas colônias portuguesas em

África. A mudança sinaliza, portanto, o desejo tanto de Gonçalo, quanto de Portugal de ser novamente grande, importante e respeitado.

Pelo lado histórico, o acréscimo se dá, principalmente, depois do episódio do ultimato britânico, em 1890; pelo lado narrativo, o modo de ser da personagem central da obra queirosiana altera-se após a posse do chicote. Este estava até então esquecido, na Torre dos Ramires, em Santa Irenéia e, assim, o objeto “passa a ser o meu [de Gonçalo] chicote de guerra” (QUEIRÓS, 2000, p. 328). O percurso entre o esquecimento do objeto até a sua posse simboliza que a memória grandiosa e violenta do passado ressurgia. Cabe destacar que a violência caracteriza a novela histórica escrita pelo fidalgo da Torre ao longo de *A ilustre casa de Ramires*. Com o chicote em mãos, o acovardado, mentiroso e fraco Gonçalo Mendes Ramires derrota o valentão das Nacejas a ponto de ser dito: “Enfim era *um homem*” (QUEIRÓS, 2000, p. 351, grifos do autor). A agressividade fez um homem. A brutalidade em África faria com que Portugal recuperasse a sua ficcional imagem de centro.

E agora ali voltava, como um varão novo, *soberbamente virilizado*, liberto enfim da sombra que tão dolorosamente assombrara a sua vida, a sombra mole e torpe do seu medo! Porque sentia que, agora, se todos os valentões de Nacejas o afrontassem num rijo erguer de cajados - esse não sei quê, lá dentro, no seu ser, de novo se soltaria, e o arremessaria, com cada veia inchada, cada nervo retesado, para o delicioso fragor da briga! (QUEIRÓS, 2000, p. 351, grifos nossos)

Notemos no fragmento acima, a concepção de que uma condição ontológica profunda estava esquecida no interior de Gonçalo. Lembremos que o ser ficcional queirosiano simboliza Portugal. Esse episódio narrativo representa, portanto, o ponto de viragem da personagem queirosiana. Porém, a cristalização do não-ser-homem para o ser-homem ocorre quando o então deputado por Vila Clara parte para África, no fim do penúltimo capítulo da obra. O episódio do valentão das Nacejas simboliza, pois, a consciência do “Eterno Presente da alma portuguesa” (LOURENÇO, 2016, p. 133). Desperta-se uma magnificência pretérita adormecida até então esquecida.

A presença da perspectiva de gênero para qualificar o Fidalgo da Torre nos permite retomar os questionamentos levantados por Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021), em *Conceituando o gênero*: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. A socióloga nigeriana entende que o fenômeno da colonização deve ser analisado utilizando os conceitos de raça e de gênero. Defende que o colonialismo afetou de forma diversa homens e mulheres tantos os colonizados, quanto os colonizadores. Nessa escala, a mulher colonizada negra sofre

a colonização do homem branco colonizador, da mulher branca, mas também do esposo colonizado.

A consolidação do Liberalismo e a ascensão do modelo burguês fazem com que as leis sejam escritas nos corpos, consoante com o entendimento de Michel de Certeau (2014, p. 210): “Do nascimento ao luto, o direito se ‘apodera’ dos corpos para fazê-los seu texto”. Estabelecem-se quais seriam as funções, as obrigações e as condutas esperadas dos indivíduos do sexo masculino e o mesmo ocorre com os do sexo feminino. Por essas perspectivas, o desenvolvimento da personagem Gonçalo Mendes Ramires assinala que as leis escritas no corpo, que definem as condutas esperadas para os gêneros, faz-se presente na narrativa queirosiana.

Gonçalo torna-se “homem” após colonizar os corpos de homens e de mulheres africanos. Mas também para se tornar um pai de família. Antes da modificação comportamental, o Fidalgo pensa em se casar com Dona Ana, mulher “indigna”, pois traíra o esposo Sanches Lucena com Titó. Após a morte do marido, a viúva herda a fortuna de duzentos contos, o que gera o interesse do Fidalgo pelo casamento. O casamento não ocorre, pois, o amante de dona Ana informa o amigo sobre as condutas da viúva. Gonçalo Mendes Ramires poderia ter sua masculinidade mais maculada por ter uma esposa que viola a fidelidade conjugal. A revelação de Titó faz com que a personagem se volte sobre si para descobrir que a rachadura da Torre estava semelhantemente dentro de si: “[...] e a sua Torre, velha como o Reino, rachara, mostrando de dentro um montão de lixo e de saias sujas” (QUEIRÓS, 2000, p. 310).

Assim como a posse do chicote, a desistência do Fidalgo de se casar com Ana demarca um indício de mudança, que visa a torná-la mais digno de seus antepassados e de seu gênero. Quando volta de África, Gonçalo Mendes Ramires se apresenta como homem digno para, naquele momento, ter um casamento honrado e alçá-lo a condição de *Pater familias*. Fica-se subtendido que ele casar-se-ia com Rosinha, neta do rico Visconde de Rio Branco.

O Rio Manso está também no Bragança. Quando descíamos para o jantar, para um gabinete, encontramos no corredor o velho com a pequena. O homem tornou logo a abraçar Gonçalo com uma ternura de pai. E a Rosinha tão vermelha se fez, que até Gonçalo, apesar de excitado e distraído, notou e corou de leve. Parece que já há entre eles um conhecimento antigo, por causa dum cesto de rosas, e que, desde anos, o destino os anda sorratamente chegando. Ela é realmente uma beleza. E tão simpática, tão bem-educada!... Diferença de idade, apenas onze anos; dote tremendo. Falam em quinhentos contos. Há apenas a questão de sangue e o dela, coitadinha... Enfim, como se diz em heráldica,- o Rei faz a pastora Rainha. E os Ramires, não só

vêm dos Reis, mas os Reis vêm dos Ramires - E agora passando a assunto menos interessante.... (QUEIRÓS, 2000, p. 420-421)

O fim de *A ilustre casa de Ramires* deixa subtendido, portanto, que Gonçalo Mendes Ramires se tornaria um novo patriarca, pois agora se fez merecedor enquanto homem após sua aventura africana. O fim de *A visão das plantas* similarmente faz de Celestino um patriarca, mas o de uma ilusão, de uma casa povoada pelos fantasmas da sua crueldade, a velha negra que manda ao Atlântico e a menina que deixa vendada no mato para morrer:

Mas tornara-se o patriarca que nunca fora, amparo de uma netinha e de uma ama, anjos sem rancor o guardavam enquanto caiava os muros, que se riam do seu mancar e lhe contavam graças, que enfeitavam o cabelo com as suas flores, que ceavam com Celestino e o aninhavam na cama, a velha negra por ele mandada ao Atlântico e a menina que o capitão deixara no mato de olhos vendados. (ALMEIDA, 2021, p. 78)

Já povoada pelos fantasmas do passado, a Torre dos Ramires ganha novos espectros agora vindos pelas ações do Fidalgo em África. Mas esses eram necessários para Gonçalo tornar-se merecedor não do título aristocrático, mas sim o de patriarca.

Até a posse do chicote, o corpo de Gonçalo foi lido como falho, como demarca o narrador: “[...] ele nascera com a falha” (QUEIRÓS, 2000, p. 336). Qual falha? A de ser “menos” homem diante das determinações estabelecidas pelos padrões de sua época e de sua ascendência, bem como dos padrões de gênero. Para modificar suas imperfeições, ele precisou quase matar um homem. O trecho a seguir é um pouco extenso, entretanto se justifica por marcar o começo da correção da suposta imperfeição:

- Oh Manuel, que estás tu aí a ensinar o caminho, homem! Este caminho por aqui não é para asnos! você já não passa, seu Ramires de merd...

Uma névoa turvou os olhos esgazeados do Fidalgo. E de repente, num inconsciente arranque, como levado por uma furiosa rajada de orgulho e força, que se desencadeava do fundo do seu ser, gritou, atirou a fina égua num galão terrível! E nem compreendeu! O cajado sarilhara! A égua empinava, numa cabeçada furiosa! E Gonçalo entreviu a mão do homem, escura, imensa, que empolgava a camba do freio. [...]

Então, erguido nos estribos, por sobre a imensa mão, despediu uma vergastada do chicote silvante de cavalo-marinho, colhendo o latagão na face, de lado, num golpe tão vivo da aresta aguda, que a orelha pendeu, despegada, num borbotar de sangue. Com um homem recuou, cambaleando. [...]

- Ah cão, ah cão - berrava Gonçalo.

Estonteado, o rapaz tropeçara numa viga solta. Mas já se endireitava, quando o Fidalgo o alcançou com uma cutilada do chicote no pescoço, logo alagado de sangue. Estendendo as mãos incertas, ainda cambaleou, abateu, estalou contra a aresta dum pilar, a cabeça mais sangue jorrou. Então Gonçalo, a arquejar, deteve a égua. Ambos os homens jaziam imóveis! Santo Deus! Mortos? De ambos corria o sangue sobre a terra seca. O Fidalgo da Torre sentia uma alegria brutal. Mas um grito espantado soou do lado do quinteiro. (QUEIRÓS, 2000, p. 346-348)

E, dessa forma, ocorre a verdadeira mudança na configuração semântica, na fisionomia intelectual da personagem principal de *A ilustre casa de Ramires*, quando a posse do objeto de guerra encontra a verdadeira batalha que deveria ser lutada: “Gonçalo Mendes Ramires, silenciosamente, quase misteriosamente, arranjara a concessão dum vasto prazo de Macheque, na Zambézia, hipotecara a sua quinta histórica de Treixedo, e embarcava em começos de Junho no paquete *Portugal*, com o Bento, para a África” (QUEIRÓS, 2000, p. 409).

Se a glória literária e a glória política não foram suficientes para alterar o *éthos* do fidalgo da Torre, vislumbra-se, então, à grandiosidade ao modo de ser da dinastia de Avis. Porém, de outra forma, pois o embarque de Gonçalo Mendes Ramires para África se apresenta de forma simbólica. Paquete representa um pequeno navio de luxo movido a vapor. Há, portanto, um ganho tecnológico em relação às embarcações a vela. Igualmente importante é o nome da embarcação que leva Gonçalo à África: Portugal. Um Portugal movido agora a vapor, uma nação renascida que relembra os feitos grandiosos de outrora e a violência implícita em cada uma desses momentos, como ilustra a novela *Torre de D. Ramires* redigida pelo fidalgo, assim como a abertura do romance.

Cabe destacar que em todos os momentos-chave históricos portugueses um Ramires estava presente. Parecia que a lógica estava interrompida com Gonçalo, porém a sua ida para África demarca que o último indivíduo dessa família aristocrática também participa de uma ocasião importante para a construção do constante discurso sobre si e sobre a nacionalidade. Em relação à fundação do país, Portugal nasce na Batalha de Ourique, quando Afonso Henriques derrota os mouros e se declara o primeiro rei português, em 1139. O Condado Portucalense torna-se o reino português. O ato dá início a dinastia de Borgonha, a primeira casa real lusa. Esta acaba, em 1383, com a morte de Dom Fernando e a crise dinástica gerada pelo fato de o então rei não ter um filho, mas sim uma filha casada com o monarca de Castela.

A burguesia de então centralizou os seus interesses na figura de João da casa de Avis, filho bastardo de Dom Pedro I. Este o rei que comeu o coração dos carrascos de Inês de Castro. Na batalha de Aljubarrota, João vence seu adversário castelhano e torna-se Dom João I. Inaugura-se a casa real responsável pelos descobrimentos e assim a imagem de um império funde-se a concepção de Portugal. “Mas eis que Portugal se faz aos mares! E raras são então

as armadas e os combates do Oriente em que se não esforce um Ramires” (QUEIROZ, 2000, p. 42) escreve o narrador queiroziano sobre a expansão.

A fictícia percepção de uma reputação grandiosa erguida fora do território europeu a partir do século XV dá vida a cultura do colonialismo português nada inocente, conforme demarca Eduardo Lourenço (2016), em *Do colonialismo como nosso impensado*. O filósofo lusitano aponta que apenas, em Portugal, ocorreu o sentimento psicossocial de presença de uma existência épica antes da criação desse afeto pela literatura. *Os Lusíadas* são “a expressão de uma epopeia que estava inscrita na realidade antes de o estar na Literatura” (LOURENÇO, 2016, p, 130).

Djaimilia Pereira de Almeida faz coro a essa percepção, quando narra as cruéis ações de Celestino. Eça de Queiroz discretamente assinala o ponto de viragem entre o antigo sistema colonial e o colonialismo qualificador do fim do século XIX. Em comum, a violência empreendida. Na Introdução destas reflexões, pontuamos que tanto Celestino, quanto Gonçalo são filhos do século XIX, o que implica reconhecer a existência do “desencontro já patológico entre o presente e esse passado” (LOURENÇO, 2016, p. 132). Qual passado? O passado colonial das grandes navegações iniciadas pela dinastia de Avis.

O século XIX parecia fazer com que Portugal sentisse como se estivesse deixando de “ser homem”, que perdendo a sua “virilidade”. O país começa invadido pelo exército napoleônico comandado por Junot, em 30 novembro de 1807. A vinda da corte portuguesa ao Brasil devido à invasão francesa consiste em fato conhecido e como, nos outros momentos, um Mendes Ramires estava presente: “Inácio Ramires acompanha D. João VI ao Brasil como reposteiro-mor², negocia em negros, volta com um baú carregado de peças de ouro que lhe rouba um administrador, antigo frade capuchinbo, e morre no seu solar da cornada de um boi” (QUEIRÓS, 2000, p. 44).

Ao longo da década de 1810 o Liberalismo ganha força e, em 1820, os liberais exigem que Dom João VI regresse do Brasil e jure a Constituição. O país se racha entre absolutistas e liberais ao longo da década de 1820. A divisão culmina na guerra civil de 1832-1834, cuja causa centrava-se no embate entre a perspectiva liberal dos aliados de Dom Pedro I do Brasil e IV de Portugal e a perspectiva absolutista de Dom Miguel I. Com a vitória definitiva do liberalismo, inicia-se a monarquia constitucional, porém a calma não vem. As facções

² Reposteiro-mor é a função atribuída a um fidalgo que, nas grandes solenidades, descobria a cadeira dos soberanos e colocava almofadas para que eles pudessem se ajoelhar.

liberais, que dariam origem aos partidos políticos Regenerador e Histórico, geram constantes instabilidades políticas devido aos golpes que se sucedem até 1851, ano em que acontece o pronunciamento militar da Regeneração comandado por Saldanha e que derruba Costa Cabral.

Na segunda metade do século XIX, principalmente, entre as décadas 1850 e 1880, ganha vulto as ações empreendidas por António Fontes Pereira de Melo, líder do Partido Regenerador. Com ele, potencializa-se a concepção de um atrasado estrutural, industrial e tecnológico português em relação à Inglaterra e à França. Portugal não tinha capital para alterar a paisagem social com linhas férreas, iluminação a gás e postes de telégrafo. Eis como André Cavaleiro, Governador civil do distrito, alude, em discurso direto, à existência dos caminhos-de-ferro: “- E era uma viagem para que eu, com certeza, tentava o nosso Gonçalo... Tão fácil, agora, com os caminhos-de-ferro!” (QUEIRÓS, 2000, p. 250). No entanto, as mudanças ocorrem via aumento dos empréstimos feitos aos ingleses, o que já ocorria desde 1641. Em *História de Portugal*, Oliveira Martins (1991, p. 23) aborda o aumento da dependência portuguesa da Inglaterra e as consequências que tais circunstâncias poderiam acarretar:

Não vemos desde 1641 sob o protectorado da Inglaterra? Não chegamos a ser positivamente uma feitoria britânica? E ainda no decurso desta história o Brasil veio, enchendo-nos de ouro, prestar-nos um ponto de apoio extra-europeu, e como que restaurar o antigo carácter do Portugal manuelino, capital europeia de um império ultramarino, à maneira da Holanda.

O aumento do endividamento português gesta o *Ultimatum* britânico, quando, em 1890, Inglaterra põe fim ao desejo territorial e colonialista de Portugal de dominar todo território terrestre entre Angola e Moçambique. Se o país ibérico continuasse com suas pretensões explicitadas no mapa cor-de-rosa, então, este deveria pagar o que devia. Em 1890, os ingleses frustram a aspiração lusa de dominar da costa atlântica à costa índica. Atlântico esse que “queria picar os miolos do capitão” (ALMEIDA, 2021, p. 15). Atlântico esse que fez de Celestino “homem”, que o ensinou a linguagem do mar.

Sublinhar que Portugal adotava a perspectiva constitucionalista e liberal significa entender que a lógica do capitalismo moderno europeu entrava na Península Ibérica, principalmente, pela presença política, econômica e comercial inglesas. Inglaterra faz pressão pela abolição da escravatura não visando ao bem-estar da população cujos corpos foram

escravizados e racializados, mas sim objetivando potencializar sistemas econômicos a partir da existência de trabalhadores assalariados.

Celestino é um capitão de navios negreiros no século XIX, sente a pressão das determinações inglesas, o que implica aumento da violência no que já é muito agressivo. Tentar entender Celestino equivale a tentar entender o mundo que fez com que a personagem de Djaimilia Pereira de Almeida existisse. O (suposto) fim do tráfico negreiro começa, em 1810, quando Dom João VI se compromete em acabar tal prática. Entre 1810 e 1812, a marinha britânica apreendeu navios negreiros cujo destino era o Brasil. Intensificando a noção de Norte global avançado e Sul atrasado, em 1815, os ingleses anunciaram que o tráfico só seria permitido em locais ao sul da Linha do Equador. Cabe retomar, portanto, a concepção de epistemologias do Sul, de Boaventura de Sousa Santos (2021), em *O fim do império cognitivo*: a afirmação das epistemologias do Sul.

Após a independência brasileira, em 1822, a intimidação inglesa contra a prática escravocrata continua tanto que, em 1826, o independente Brasil aceita abolir o tráfico. Em 7 de novembro de 1831, foi emitida a Lei Feijó, que proibia o tráfico negreiro, e tornava livre os escravos trazidos de África a partir daquela data. Leis existem quando são seguidas pela população, quando a fiscalização e o empenho das autoridades acontecem para realmente fazer a determinação se cumprir. Por isso, a Lei Feijó funcionou para “inglês ver”. Grande fingimento tanto que, em 1833, intensifica-se o comércio de corpos negros escravizados. O narrador de Djaimilia Pereira de Almeida quase não oferece demarcações temporais concretas ao longo da narrativa. No entanto, encontramos apenas uma datação: “Antes o porão nos meus tempos. 1833” (ALMEIDA, 2021, p. 32). Conforme abordaremos em outro momento destas ponderações, sabemos que Celestino vê a viragem do século, quando está bastante senil.

Em *Brasil: uma biografia*, Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling (2015, p. 79) assinalam que o sistema escravocrata com o seu toma lá dá cá produziu a “naturalização da violência”. Esta se aproxima da ausência de comunicação.

Traficantes europeus pouco sabiam sobre as sociedades da África e, a não ser pelos portugueses- que a essas alturas tinham feitorias no Congo, em Angola e em Moçambique, só tomavam contato com os aprisionados após o embarque. Muitas vezes estes não falavam a mesma língua ou dialeto, e quase nada se conhecia dos grupos a que pertenciam. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 85)

Portugal possui uma história violenta. O país se fez com base em suas guerras, dominações e conquistas. Celestino e Gonçalo se fazem homem quando se tornam agressivos. Quando a linguagem falha, a violência ganha corpo. Sendo esta, portanto, um dos traços-chave do sistema colonialista e da linguagem do mar. O oitocentos foi um século marcado pela brutalidade a ponto de a Europa subjugar todo o continente africano, mas outros períodos da mesma forma o foram. Isso nos leva a inquirir se a violência se configura como um elemento fundante da estrutura do modo de ser dos homens.

Natureza violenta ou a violência da natureza

Quanto da brutalidade humana é fruto de um modo natural de ser dos homens? O progresso tecnológico no mundo moderno implica desenvolvimento técnico, que permite aos homens vencerem alguns limites naturais, mas também dominar outros povos. Reafirma-se o sentido metafórico do pacote Portugal que leva Gonçalo Mendes Ramires à África. A natureza está na esfera do elemento a ser domado e vencido. Mas à proporção que limites são transpostos pelo uso de tecnologias recém-inventadas novos desafios éticos aparecem. Nesse sentido, em “Tecnologia e responsabilidade: reflexões sobre as novas tarefas da ética”, Hans Jonas (2017, p. 24, grifo do autor) sublinha que a tecnologia moderna traz constantes desafios à Ética.

Os novos poderes que tenho em mente são, claro, aqueles da *tecnologia* moderna. Desse modo, meu primeiro passo é perguntar como essa tecnologia afeta a natureza de nosso agir, de que maneiras ela torna o agir que encontra sob o seu domínio diferente do que ele tem sido ao longo das épocas. Uma vez que ao longo das épocas o homem nunca passou sem a tecnologia, a questão envolve a diferença humana da tecnologia moderna em relação à precedente.

A dinâmica entre metrópole e colônia oferece caminhos para pensarmos “a natureza do nosso agir”, pois a concepção de uma civilização contra os bárbaros, semelhantemente, aproxima-se da ideia de controle daquilo que está mais próximo do estado natural – natural enquanto primitivo, logo, afastado do suposto civilizado, que possui melhor desenvolvimento técnico. Sublinha-se, portanto, que o mais próximo ao estado primacial deveria ser domado, melhorado pela tecnologia moderna. A axiologia colonial centra-se no progresso, de civilização. O discurso colonial ofertado como superior está mergulhado de barbaridade, e não de progresso. Por essa razão, Hans Jonas (2017) entende que o homem é o limite do próprio homem, o que nos faz retomar a discussão de uma ética pensada para a tecnologia da

realidade contemporânea, pois ela facilitou a dominação do outro. A concepção de desenvolvimento, por conseguinte, não significa o distanciamento de uma condição ôntica violenta, mas às vezes esse dado se avulta quando um indivíduo como Celestino a use.

Em *A visão das plantas*, paradoxalmente, o corsário Celestino da mesma forma sofre e não sofre uma alteração no seu modo de ser. Quando se aposenta dos navios negreiros, a personagem volta a morar em sua antiga casa. Afasta-se de tudo e de todos, gera burburinho nos habitantes da vila devido ao seu passado e espanto no presente, pois ele se dedica - com devoção extrema - ao seu jardim. As mesmas mãos que esmagaram crânios, mataram grande quantidade de seres humanos agora cuidam com delicadeza de plantas.

Tudo indica que Celestino não se arrepende um milímetro das suas ações, mas as flores não julgam, não lembram e não lamentam. Nos anos finais de sua vida, será que era isso que a personagem de *A visão das plantas* precisa? Eis uma das possibilidades interpretativas para o título da obra de Djaimilia Pereira de Almeida.

Retomando elementos da Teoria da Literatura a visão equivale à focalização. Quem vê, vê por algum ângulo. A visão chama o olhar. Em “Fenomenologia do olhar”, Alfredo Bosi (1988, p. 66) entende que o olhar constitui “o movimento interno do ser que põe em busca de informações e de significações”. Desse modo, o ver do olhar descortina uma condição para além do físico e, da mesma forma, a relação entre significância e propósito. O olhar impõe perguntas; no entanto, as plantas não questionam: “Sentia-se irmão do seu quintal, encontrada a sua raiz. Tudo nele lhe era cabal mente afim. Não eram as plantas, que não fazem perguntas, muito mais proveitosas do que o aborrecido padre, com os seus olhos culposos?” (ALMEIDA, 2021, p. 43). Cabe interrogar: como a natureza “vê” Celestino? Como salvador, cuidadoso, bondoso? Como sanguinário? Com profunda indiferença?

As plantas viam o jardineiro como as plantas vêem. Não se sentiam agradecidas. Tratavam o seu regador à semelhança da chuva que caía sobre elas nas noites de Outono. Florescerem não era o seu meio de meterem conversa com o jardineiro, mas uma forma de acentuarem a sua indiferença à declaração de amor que ele cultivava a cada hora. (ALMEIDA, 2021, p. 35)

Se as plantas não julgam, os leitores, sim, o fazem. Quanto ele não sentia medo em ser ajuizado e quanto ele não queria o ser? Quão intensamente Celestino precisava esquecer e quanto ele não queria esquecer atrocidades cometidas como esta:

Nenhuma flor lamentava a morte dos escravos que Celestino sufocara em mar alto. Os homens despejaram a cal no porão, saco a saco. Os negros viram que um pó caía

sobre eles, mas não entenderam o que se passava. Os sacos de cal foram vazados no porão e a porta fechada por Celestino. Ouviram-se gemidos, pedidos de socorro e, passado algum tempo, um silêncio que apaziguou os piratas. O rapaz que lhes abrisse o porão pela calada manteve-se a um canto, aturdido. (ALMEIDA, 2021, p. 36)

Complementemos o relato ficcional acima com o histórico. O historiador Oliveira Martins (1953, p, 52) contemporâneo e amigo de Eça de Queiroz, portanto, outro homem cuja mentalidade reflete o século XIX, em *O Brasil e as colônias portuguesas*, usa de cortante realismo para descrever contundentemente a realidade de um navio negreiro:

Um navio de escravos era um espetáculo asqueroso e lancinante. Amontoada no porão, quando o navio jogava batido pelo temporal, a massa de corpos negros agitava-se como um formigueiro de homens, para beber avidamente um pouco desse ar lúgubre que se escoava pela escotilha gradada de ferro. Havia, no seio do navio baloiçado pelo mar, ferozes lutas, gritos, uivos de cólera e desespero. [...] E a massa humana, cujo rumor selvagem saía pela escotilha aberta, revolvia-se no seu antro afogada em lágrimas e em imundície.

Cotejando as narrativas em apreço há duas embarcações. A de Gonçalo, mas também a de Celestino. Seja na linguagem da terra, seja na linguagem do mar, esses navios causam dores agudas e fortes. Tanto no navio de Celestino, quanto no de Gonçalo ocorre evidencia-se o desejo de dominar a natureza, conforme ilustrado no episódio do Gigante Adamastor, em *Os Lusíadas*, além disso, percebe-se o fato de ser dominado por ela. Ser dominado no sentido de deixar a crueldade aparecer e, desta forma, provocar um “espetáculo asqueroso e lancinante” ou no sentido de que por mais que o homem queira controlá-la, no fim, ela acaba vencendo e destruindo os homens. Desenvolvamos este argumento.

A técnica do discurso indireto livre intensifica o tom agressivo da narrativa de Djaimilia Pereira de Almeida (2021). Os leitores veem o que Celestino vê, sabem aquilo que Celestino pensa, por exemplo, o desejo dele de ser esquecido, de ser anônimo. Ao alterar perspectivas, o narrador expõe o prazer experimentado pelo corsário, quando realiza ações bárbaras. E uma natureza violenta encontra motivos para justificar a violência empreendida. O contato com a interioridade da personagem produz o entendimento de que tanto o jardim, quanto os navios negreiros precisam de mãos autoritárias. Sem a poda necessária ambos deixam de ser controlados e assim podem abalar as cadeias de comando e os jogos de poder, pois

[...] a missão do *jardim desgovernado* era penetrar nas frinchas das portas, apodrecer a água do poço com fungos venenosos, apoderar-se da mobília, entrar nas gavetas, alastrar os ramos até aos olhos dos quadros dos velhos e levar a memória do que fora

a vida humana que um dia ali tinha habitado. (ALMEIDA, 2021, p. 13, grifos nossos)

A concepção de uma natureza destrutiva permite a retomada da personagem Hipólito, filho de Teseu, sendo este o fundador de Atenas. Hipólito cultivava amor devocional à natureza. Liga-se à Artêmis, deusa da caça e da força da natureza. No entanto, apesar da devoção, o ambiente natural o destrói, quando Hipólito fogia da fúria de seu violento pai, pois aquele fora acusado pela madrasta Fedra de a ter assediado. Se por um lado a natureza pode ser lida como ordem, como essência, como permanência; por outro, pode ser lida como indiferente aos atos humanos: “Tanto lhes fazia [as plantas] serem cuidadas por um assassino, se eram sujas as mãos que as amparavam ou o que viera antes do amor que ele lhes dedicava” (ALMEIDA, 2021, p. 35).

Celestino aceita a sua barbárie, quer esta seja natural, quer seja consequência do discurso colonial, sem remorso e sem memória à medida que deseja se fundir a natureza: “Sem memória de nada, o medo não tocou Celestino. Andava como quem se quer dissolver em tudo, esperando encontrar o ponto onde a Natureza se cansaria de o ver pedir-lhe que o absorvesse.” (ALMEIDA, 2021, p. 46).

Por que o capitão de navio negreiro quer ser absorvido pela natureza? Ela pode ser, em sua essência, violenta? Celestino tenta domar e controlar o que é indomável tanto como deseja se fundir à natureza unindo-se, dessa forma, a uma entidade violenta. Assim, apesar da indiferença, a Natureza, de igual modo, seria desgovernada e brutal. Dotada de uma brutalidade indiferente que surge à medida que ela destrói, consome, mata e não se lembra. Ou seja, segue o seu modo de ser. Por isso, a natureza pode ser violenta, principalmente, nos momentos em que contra-ataca. Desastres naturais facultam a busca de causas teológicas para o ocorrido. A natureza age sem remorso como Celestino. Esse sentimento é fruto da memória; entretanto, o corsário diz que não a nutre, assim como não nutre remorsos, por isso talvez não se confesse. Mas se não nutre a memória, qual o motivo para narrar, em discurso direto, estes atos:

“Vinde a mim, meninos, a mim que degolei gargantas e durmo o sono dos justos. Quereis saber o que matei? Matei macacos e cavalos. Serpentes, vespas, um elefante. Um crocodilo do tamanho de uma jangada: cortei-o em cinco partes, enquanto me ri da fortuna que o colosso me renderia. Matei dez mulheres, a uma delas cortei os pés. Matei um corvo, para o comer. Raposas, ratazanas. Matei centenas de homens com as minhas mãos e elas não me caíram. Matei os sonhos de um milhar de outros. Queimei cabanas. Um dia, mordi o pescoço dum homem até lhe arrancar as veias para fora. Espetei uma lança no peito de um amigo. Roubei

dinheiro. Rebentei o crânio de um albino contra uma rocha. E a seguir esquartejei-o. À hora de adormecer, a mão de minha mãe entrava por mim dentro com a xícara de leite morno, muito doce, e levava-me na mão do sono.” (ALMEIDA, 2021, p. 23-24)

Perspectivando a natureza agora como boa, questionemos: o trato diário do jardim e com o jardim muda algo em Celestino ou temos o encontro de duas essências que guardam em si a violência? É possível modificar afetos e compreensões após o acúmulo de séculos de ações violentas intensificadas pela tecnologia moderna? Apresentamos esta interrogação reconhecendo que somos formados por forças invisíveis que nos controlam, isto é, a cultura. Após ler o relato acima, sentimos que a relação entre Ética, tecnologia moderna, cultura e Natureza são insuficientes para nos ajudar a lançar luz nas razões que causaram ou que permitem que Celestino agisse como agiu.

As ponderações do velho pirata - guiadas pela certa tesoura do narrador de Djaimilia Pereira de Almeida (2021) - funcionam como sucinta conclusão sobre o caráter experiencial dos 1800, no fim dos oitocentos: “Vem aí o novo século, gritam os moços à porta da igreja. É outra morte e já me fui” (ALMEIDA, 2021, p. 40). São outras mortes. Se a tecnologia do século XIX facultou a barbárie, o mesmo ocorre no século XX.

Em *Era dos extremos*, Eric Hobsbawm (1995) destaca que não devemos interpretar um século pelo aspecto cronológico e numérico, e sim como desenvolvimento de uma consciência. Algum evento transformar a interpretação sobre o mundo e o modo de ser dos indivíduos. Se o século XIX foi extenso, o XX, breve. Começa, em 1914, com a Primeira Guerra Mundial e acaba, em 1991, com o fim da União Soviética. Violência no começo, no fim e no meio. Não nos esqueçamos da Segunda Guerra Mundial. E, assim, o século XX bebe nas sanguinolentas águas do XIX. Repitamos: “É outra morte e já me fui”.

O Breve Século XX foi uma era de guerras religiosas, embora os mais militantes e sanguinários de seus religiosos bebessem nas ideologias seculares da safra do século XIX, como o socialismo e o nacionalismo, cujos equivalentes divinos ou eram abstrações ou políticos venerados como divindades. (HOBSBAWN, 1995, p. 541)

Um indivíduo brutal como Celestino não teria fé que a mudança de século transformaria o homem, mas que o pioraria. Quão Celestino estava certo? Quanto o corsário estava errado? Dedicar-se às plantas intensifica a desumanidade do corsário evidenciada pelo prazer em matar e pelo sono tranquilo à proporção que igualmente acentua sua descrença na humanidade. Como um homem que construiu sua reputação pela violência pensaria diferente?

Ampliemos o ângulo e pensemos, quanto da reputação portuguesa no século XIX e nos anteriores foi construída pela violência?

Por mais lugar comum que seja, cabe lembrar a percepção de Marx, retomada por Hannah Arendt (2013), em “A tradição e a época moderna”, de que a violência é a parteira da História, que continua embalando-a ontem e hoje.

O mundo moderno ou a quebra da tradição

O debate anterior sobre as ações contra a escravidão empreendidas pela Inglaterra ilustra a mudança operada entre o mundo moderno que vai do século XV ao XVII e o mundo contemporâneo liberal e capitalista, do XVIII até a contemporaneidade. Se a dinastia de Avis centrava-se na lógica feudal e mercantil, a de Bragança, principalmente, após as revoluções portuguesas começo do século XIX, centra-se no Liberalismo, sendo este representativo de uma realidade estruturada no modo de ser burguês. Desenvolve-se um modelo de família, de economia, de mando, de política com base na ascensão da burguesia. Nesse sentido, são fundamentais as concepções de um poder político (quem manda e quem pode exercer a força), de um poder econômico (quem detém os meios de produção e capital) e um poder ideológico (quem formula as regras, quem é o sujeito investido de autoridade ideológica). Cidadãos privilegiados costumam ocupar essas três esferas de poder e estabelecem a organização das forças produtivas, do consenso e da coação. Poder liga-se à autoridade e a prerrogativa de uso da violência.

Em “A tradição e a época moderna”, Hannah Arendt (2013) compara o conceito de tradição e com o de época moderna para, dessa forma, assinalar as bases epistêmicas da segunda modernidade. A filósofa alemã entende que Marx, Kierkegaard e Nietzsche quebram com a tradição à medida que lançam um olhar à tradição do pensamento político e metafísico. Os três filósofos estabelecem quatro percepções fundamentais à época moderna: a individualidade, a História, o corpo e o trabalho: “Kierkegaard, Marx e Nietzsche são para nós como marcos indicativos de um passado que perdeu autoridade” (ARENDR, 2013, p. 56). Perder autoridade não significa não estar mais presente, mas sim em modificação.

Seguindo o juízo da filósofa alemã, compreender o mundo moderno consiste em compreender a afinidade entre política, representatividade e trabalho. No tocante à História, a pensadora entende que Marx modifica a relação dos seres humanos com a temporalidade. Na

tradição, o tempo existia como ciclo ritual e fechado. Nascia-se nobre, morria-se nobre. Nascia-se plebeu, morria-se plebeu. Com o advento do mundo moderno, os sujeitos conseguiriam modificar o seu status de nascimento até então sedimentado. Os indivíduos lutam contra o tempo e contra estratificações para se fazer alguém. O trabalho faz o homem da segunda modernidade. Ou seja, a realidade, que parecia fixa, poderia ser transfigurada. Com as transformações, monarquias acabam e repúblicas surgem; sistemas mercantis se aperfeiçoam e industriais aparecem.

Os pontos anteriores ajudam a identificar as razões pelas quais Marx historiciza e presentifica as ações humanas. Por isso, Hannah Arendt (2013) o vê como um dos pensadores que quebra com a tradição, uma vez que o sentido do ser dos homens não se dá mais pelo berço, pelo sangue nobre, e sim pelo capital e pela História. Assim, três concepções marxistas quebram com o regime anterior enquanto fundam a consciência da segunda modernidade: 1. o trabalho criou o homem; 2. a violência é a parteira de toda velha sociedade prenhe de uma nova; 3. os filósofos precisam querer transformar o mundo. Dessa forma, o mundo moderno necessita superar a tradição para esquecê-la.

Focando o primeiro item a tradição entendia que o sentido da existência era dado por Deus; no mundo moderno, isso ocorre pelo trabalho. Saem os títulos nobiliários e entram os bancários. Metamorfoseia-se como a sociedade determinava quão o sujeito vale e quem pode exercer a política. O trabalho passa a distinguir os homens dos outros animais. Aquele se torna *animal laborans*. Eis a razão pela qual Hannah Arendt (2013, p. 49) acentua que “Marx desafia assim o Deus tradicional, o juízo tradicional sobre o trabalho e a tradição de glorificação da razão”.

Quanto à violência, a filósofa alemã discorre que o discurso (*lógos*) era qualidade dos civilizados; a agressividade, dos bárbaros, visto que a criação de Leis inclusive funciona como mecanismos de coerção muda e não hostil. No entanto, leis contra o tráfico de escravos adiantavam para Celestino? O colonialismo ergue-se pela violência operada pelo suposto indivíduo europeu civilizado. Marx glorifica a brutalidade, pois entende que esta consiste na única forma de alterar a sociedade, conforme apresenta Hannah Arendt (2013). Citemos a Revolução Francesa como exemplo. Desse modo, pela perspectiva marxista, se o Estado ocupado pela classe dominante detém os meios de agressão, então, a camada oprimida precisa agir igualmente com violência.

Retomando a perspectiva de Eric Hobsbawm sobre o entendimento psicossocial para compreender a divisão entre os séculos, devemos, portanto, compreender que o XIX não começa nos oitocentos, mas sim nos setecentos, em especial, com a Revolução Franca, em 1789. Por isso, o historiador britânico demarca três eras para qualificar o extenso, bélico, colonialista, europeu e masculino século XIX, quais sejam, a Era das Revoluções (1789-1848), a Era do Capital (1848-1875) e a Era dos Impérios (1875 -1914). O século XIX começa com uma tomada de poder da burguesia, apresenta a consolidação de um sistema econômico e por sua vez a dominação e exploração de territórios fora da Europa, em especial, africanos, mas também indianos.

O percurso histórico acima demonstra a relação possível entre a primeira modernidade e a segunda modernidade. Naquela temos quatro pontos-chave: 1. Revolução científica; 2; Renascimento humanista; 3. Revolução protestante; 4. As grandes navegações. Cada um desses eventos produziu modificações na percepção da existência e de mundo, assim como na ideia de progresso e de valorização do indivíduo. A segunda modernidade centra-se nas revoluções liberais ocorridas ao longo do século XVIII e XIX e seria imperativa até o fim da Segunda Grande Guerra. Alteraram-se lógicas econômicas, sociais, políticas à medida que se estabelece a crença no progresso científico e tecnológico. Elementos da primeira modernidade ainda se fazem presentes na segunda.

Focalizando o trabalho, na democracia grega, apenas aqueles que eram considerados cidadãos discursavam na *ágora*. Além do uso da palavra, outro aspecto qualificador era que esses sujeitos não trabalhavam, na medida em que o labor consistia em prerrogativa dos escravos. “Não somente em Atenas, mas por toda a Antiguidade e até a idade moderna, aqueles que trabalhavam não eram cidadãos e os que eram cidadãos eram antes de mais nada, os que não trabalhavam ou que possuíam mais que sua força de trabalho” (ARENDDT, 2013, p. 45). Em suma, exercer a política naquele contexto significava pensar, poder falar e definir ações, bem como não trabalhar.

Em *Sociedade do risco*: rumo a uma outra modernidade, Ulrich Beck (2011) faz coro ao entendimento da filósofa alemã sobre a importância do desenvolvimento do trabalho assalariado nas sociedades liberais como forma de quebrar com a tradição. O sociólogo alemão frisa que a crise de um modelo antigo se evidencia quando o “varão de uma

respeitável linhagem” precisa assumir um ofício burguês, como a cadeira de deputado, conforme acontece com Gonçalo Mendes Ramires.

A importância que o trabalho adquiriu na sociedade industrial não tem precedentes na história. Nas cidades-estados da Grécia Antiga, o trabalho indispensável à subsistência, eternamente consumido na satisfação das necessidades básicas sem jamais deixar marcas que ultrapassem a manutenção da vida, era reservado aos escravos. [...] Os sinais mais inconfundíveis do iminente colapso da quele mundo começaram a aparecer quando o varão de uma respeitável linhagem passou a assumir um "ofício burguês" - ou seja: tinha de descer às planícies da medicina ou da jurisprudência. Houvesse sido anunciado àqueles tempos o que nos últimos anos se tem profetizado sobre o esmorecimento ou mesmo o desaparecimento do trabalho assalariado, eles não teriam entendido a mensagem ou o porquê da inquietação. (BECK, 2011, p. 203)

Na lógica entre tradição e mundo moderno, assinalamos um ponto interessante para entendermos a fisionomia intelectual de Gonçalo Mendes Ramires, qual seja, vê-lo como uma personagem que une mundos, que liga tradição e modernidade. Entretanto, ele percebe que a sua realidade aristocrática que lhe garantia direitos ruía como a Torre da quinta de Santa Irenéia, “solar dos Mendes Ramires, desde os meados do século X” (QUEIRÓS, 2000, p. 40).

Pouco se sabe do tempo de Gonçalo em África. Uma das poucas informações apresentadas informa que a personagem lá se tornou fazendeiro. Opera-se outra mudança, na medida em que antes ele arrendava as suas terras em Portugal para outros trabalharem. O ganho de virilidade acarretou ganho de responsabilidade. A personagem que antes não produzia nada em Portugal agora produz em África. No entanto, dificilmente seria ele a produzir, a trabalhar nas terras africanas, a cuidar de galinhas, como o relato da prima Maria Mendonça faz entender:

Nestes poucos anos plantou dois mil coqueiros. Tem também muito cacau, muita borracha. Galinhas são aos milhares. É verdade que uma galinha gorda em Macheque vale um pataco. Que inveja! Aqui em Lisboa custa seis tostões, só com ossos - porque tendo também alguma carne no peito, salta para cá dez tostões, e agradece! No prazo já se construiu uma grande casa, próximo do rio, com vinte janelas e pintada de azul. E o primo Gonçalo declara que já não vende o prazo nem por oitenta contos. Para felicidade completa, até achou um excelente administrador. (QUEIRÓS, 2000, p. 420).

Um excelente administrador entrelaça-se com um excelente capataz e este negocia com tipo como o de Celestino. A ambivalência do comportamento de Gonçalo entre momentos de bondade e depois violentos permite a dúvida sobre como ele agia em território africano.

Gonçalo existe e atua na Era dos Impérios, na segunda modernidade, momento em que o sobrenome aristocrático Ramires não mais garantia (tantos) privilégios. Ele não mais estava – como seus antepassados - ao lado das grandes figuras históricas. Era necessário, portanto, fazer-se grande, fazer-se respeitado, como argumentado. O Fidalgo da Torre entende que antes da ascensão da burguesia e do fim do absolutismo, quem tinha rei, tinha rendas: “– [...] antigamente ter rei era ter renda.” (QUEIRÓS, 2000, p. 71) Celestino não era da aristocracia e, da mesma forma, necessitava de rendas. Na Era dos Impérios, era preciso unir capital com império. Dinheiro com violência.

Na tradição, os aristocratas tinham os seus direitos de sangue assegurados por Deus, assim como não trabalhavam. Porém, como exposto, se o divino não mais garantia o sentido da existência, sendo essa percepção substituída pelo trabalho e se a violência poderia alterar lógicas supostamente imutáveis, então, as rendas obtidas por Gonçalo e por Celestino exemplificam aspectos-chave da segunda modernidade. A violência se une ao trabalho à medida que valores são relativizados: “Valores são bens sociais que não têm significado autônomo, mas, como outras mercadorias, existem somente na sempre fluida relatividade das relações sociais e do comércio” (ARENDR, 2013, p. 60).

Além de dinheiro e de violência, era necessária uma sociedade aristocrática hipócrita que quer manter os privilégios e não quer ônus. Nesse sentido, cabe destacar o caso de outra personagem de Eça de Queiroz: Maria Monforte, a negreira de *Os Maias*. A família Maia representa a aristocracia portuguesa, que vive bem e com luxo que existem por conta do trabalho alheio. A Monforte não possui tal status e ascende socialmente pelo trabalho, entre eles, o comércio de corpos escravizados. Pedro da Maia se apaixona e se casa com a negreira. O casal se torna os pais de um casal de gêmeos bivitelinos Maria Eduarda e Carlos Eduardo, os protagonistas da obra de 1888. Dois mundos se unem, mas essa união de opostos fomenta a tragédia. Não é nosso objetivo desenvolver as razões desse entendimento, mas sim assinalar que a sociedade lisboeta do século XIX, que virava o rosto para Maria Monforte nos bailes, era a mesma que vivia à custa dos esforços alheios, entre eles, o de uma família de negreiros.

A mãe dos protagonistas da obra queirosiana é filha de Manuel Monforte dos Açores, capitão de navio negreiro. Aquele morre na miséria, provavelmente, devido às ações inglesas empreendidas contra o tráfico negreiro ao longo do século XIX. O fim da vida do capitão de *A visão das plantas* do mesmo modo não é abastado. Maria Monforte e Celestino se

complementam no sentido de ambos serem faces de uma sociedade que quer encobri-los e o desejo de escondê-los traz muito do inconfessado, do impensado e do não dito.

O sal, a terra e o que não se confessa

A mesma sociedade que sente medo de Celestino precisa aceitá-lo. Entretanto, o admite quase como se ele fosse um fantasma, como se fosse uma lembrança que não pode ser esquecida ou que não quer ser esquecida. Se Dom Sebastião não retorna, o capitão sim para terminar seus em solo pátrio. Quando volta definitivamente, a casa está fechada, empoeira e parece mais um túmulo do que uma residência. O simbolismo do retorno à casa-nação da personagem dá densidade à abertura do romance de Djaimilia Pereira de Almeida (2021, p. 9, grifos da autora): “Na penumbra, o volume dos móveis insinuava fantasmas. O pó, tornado um ser, animava o espaço, iluminado pela claridade através das frestas das janelas. A penumbra quase falava: *respira, filho, chegaste*”. Se o pai de Celestino equivale a uma imagem colonial que se vincula a Portugal, conforme analisa Eduardo Lourenço (2016), a mãe seria a sombra.

O ambiente tumular qualifica o Ramalhete, palacete da família Maia, em Lisboa. O espaço fica vazio por anos, quando Afonso da Maia parte para o interior de Portugal com o seu neto Carlos Eduardo da Maia. O patriarca da família o fecha após o suicídio do seu único filho Pedro da Maia. Este se mata devido à fuga da esposa Maria Monforte para Viena com o amante Tancredo. Na escapada, a negreira leva a filha Maria Eduarda e abandona o filho Carlos Eduardo e o marido Pedro da Maia.

Se Dom Sebastião não construiu o quinto império devido à derrota em solo africano, Celestino mantém viva a política do passado arquitetada pela dinastia de Avis e que ironicamente a conduziu ao fim. Por isso, um dos trechos mais significativos de *A visão das plantas* é quando o negreiro sai das brumas salgadas: “O quintal amanhecia sob o nevoeiro salgado. [...] Celestino, emergindo da bruma, contemplava a condensação do tom das suas barbas” (ALMEIDA, 2000, p. 56). A imagem ganha força, pois a escritora retoma o mito sebastianista, o da volta de Dom Sebastião de dentro de um nevoeiro para restaurar a glória pretérita de Portugal.

Djaimilia Pereira de Almeida (2021) faz de seu corsário um Dom Sebastião mais condizente com o tipo de sujeito que o sistema colonial engendrou e que retornou à pátria³. O nevoeiro salgado demarca a volta do capitão. No entanto, o sal do mar infertiliza a terra da pátria. Aquele que viveu pela linguagem do mar, pela violência, pelo colonialismo precisa agora de cuidar da terra infertilizada pelo sal do passado. Celestino passa o resto de seus dias se dedicando ao cultivo do jardim. Após tanta violência gerada no mar, o pirata produz beleza na terra. Cria-se a dicotomia da casa com os seus fantasmas e com o seu jardim. A ambivalência circunscreve que se há o dito, há o não dito; se há o lembrado, há o esquecido; se há sombra, há luz.

Associando terra e sal, interroguemos: quanto do sal trazido pela imagem do império colonial infertilizou a terra? O processo está tão avançado que uma forma de o reverter seria (re)adubar o solo com o próprio corpo? O corsário almeja deixar de ser carne para se tornar terra: “O jardim perdia a forma e ele [Celestino] perdia a sua. Em breve, o homem deixaria de ser homem para ser terra e a terra, engolindo-o, o tornaria seu” (ALMEIDA, 2021, p. 79). No momento da narrativa em que o corsário cava a própria cova, paradoxalmente, cava a própria vida e sente a terra mais pulsante à medida que se torna menor:

Debaixo da terra, não parecia haver um segredo. Só o frio que existe debaixo do calor e o calor que há debaixo desse frio. Nada lhe falou e o som da pá tornou-se distante e perdeu o nexo e o ritmo. Cavava como uma imposição vinda do fundo da terra, mas sem saber por que o fazia. Caras e esgares, risos e olhares, o brilhante, uma moeda, nada o conduziu nem atormentou. A terra entrou-lhe nos olhos, debaixo das unhas, sujou-lhe a barba, chegou-lhe à boca. Não cavava a sua cova. Cavou pela sua vida, sem pensar em nada, sem sentir o corpo. Respondia a uma força de que desconhecia a origem e lhe tomara conta dos braços. Cavou mais fundo. O monte de terra ao lado da cova cresceu ao ritmo do seu alheamento. Nem flores, nem quintal, nem preocupação alguma. Não lhe doíam as pernas, nem as costas, nem os nós dos dedos. Mas foi-se vergando como diante de um mistério à medida que a cova foi ficando funda e ele um alfinete deitado à terra. (ALMEIDA, 2021, p. 59)

³ Em 1975, data em que acontecem as independências dos territórios africanos colonizados por Portugal, ocorre o fenômeno dos retornados. Os portugueses que estavam nos espaços recém-libertos são expulsos e obrigados a voltar à antiga metrópole. Os políticos de então precisavam cuidar desses indivíduos que voltam sem nada à antiga metrópole. Em “Íntimos fantasmas: memórias de África na literatura portuguesa contemporânea”, Margarida Calafate Ribeiro (2015, p. 252) acentua que a questão dos retornados surge como importante tema da literatura portuguesa contemporânea que evidencia: “Memória e esquecimento, silêncio, trauma, recalçamento, mas também exaltação, imaginação, invenção e novidade são assim alguns dos pressupostos sobre os quais se ergueu a jovem democracia portuguesa, nascida sobre uma revolução imaginada como pacífica, esquecendo assim, de um só golpe, todo o sangue de África que ela continha. Resumindo, a memória e sobretudo a memória de África - não parecia ser contemplada como um elemento essencial à construção da democracia.”

A viagem feita pelo narrador de *Viagens na minha terra* tem como destino o interior de Portugal; a de Celestino, o dentro da terra. Ao atingir o último destino da existência, o corsário continuará infertilizando o solo pátrio, uma vez que as suas ações ajudaram a esterilizar a terra com sal do mar. Por mais que o velho negreiro queira, não é possível parar o relógio: “Alma nenhuma podia interromper o curso das águas, estancar a corrente” (ALMEIDA, 2021, p. 14). Ao não estancar a corrente, pois alma nenhuma pode interromper o curso das águas-tempo, o ontem continua a formar e enformar o hoje da personagem e continuará o formando no amanhã, quando a matéria se tornar parte da terra. Em outra cena carregada de simbolismo, narrada um pouco antes da narração da morte do corsário, ele vai à praia, sendo esta lida como o limite entre a linguagem da terra e a linguagem do mar - um entrelugar.

Antes de morrer o pirata precisa conviver com seus fantasmas simbolizados por uma velha negra forçada a atravessar o Atlântico e a menininha holandesa vendada e abandonada no meio do mato: “A velha negra nunca desatava a venda da menina holandesa porque o que se ata em vida na morte não se desata” (ALMEIDA, 2021, p. 79). Se não se desata na morte o que é feito em vida, então, nenhuma atitude compensatória retiraria o sal do nevoeiro derramado no solo, uma vez que aquilo parecia nutri-la, na verdade, a enfraquecia. O sal da linguagem do mar entranhou-se na existência da personagem e continuará presente no solo português, afinal de contas, “o que se ata em vida na morte não se desata”.

Celestino levou a linguagem do mar para a linguagem da terra. Gerar beleza na terra não apaga o passado, e sim intensifica os paradoxos que formam a existência. Talvez uma forma capaz de diminuir o dano causado a inúmeros seres humanos seria reconhecendo que suas ações semearam violência, morte e atrocidade. Entretanto, anterior aos delírios, ou seja, quando tinha condições para, Celestino não se confessa. Não se confessou, porque nunca se arrependeu, uma vez que “numa noite de Inverno, acabou os seus sem uma dúvida na consciência” (ALMEIDA, 2021, p. 85). Então para que e para quem pedir perdão.

Tal ato equivale a estabelecer uma narrativa acerca dos pecados para pedir perdão a Deus. Envolve, pois, um retorno a si para fixar um sentido sobre a existência pessoal pelas falhas. Narrativas implicam conclusões mesmo que mantidas em aberto. Confessar faltas leva a um encerramento e a um provável esquecimento. Celestino não confessa apenas porque não se arrepende e porque não acredita que precise do perdão divino. Ele não se confessa porque

não quer esquecer e porque não pode esquecer de si. A memória da vida que levou estava escrita no seu corpo, nas suas tatuagens, nas suas cicatrizes que “continham dores mudas” (ALMEIDA, 2010, p. 10) - dores mudas não do capitão de navio negreiro, e sim das suas vítimas. Todo o seu corpo guarda em si a memória da violência até mesmo de forma involuntária.

Se, de quando em quando, levado em pensamentos, vendo os meninos pela rua, sentia ganas de dar uso à navalha, pois ela guardava e os seus dedos guardavam as saudades que o seu coração não tinha, no resto das horas do dia era como se tudo tivesse achado o lugar certo. O sangue, da lascívia e da volúpia, a morte, em todas as suas declinações lúgubres, *tudo tinha no quintal o seu duplo*, na forma de cada planta, que, com mãos delicadas de mulher, tratava como pessoas. (ALMEIDA, 2021, p. 42, grifos nossos)

Tudo tem o seu duplo. Tudo tem sua parte e sua contraparte. Tudo tem o oposto e o complementar. Então, se Gonçalo Mendes Ramires é Portugal, Celestino também o é. Violência e colonialismo são os duplos complementares que fazem a História do oitocentos e, em maior grau, a História portuguesa. Caso Celestino se declarasse culpado perante o transcendente, Portugal do mesmo modo precisaria o fazer. Todavia, para isso ocorrer, faz-se imprescindível que a nação se problematize, o que não ocorre, de acordo com a perspectiva de Eduardo Lourenço (2016, p. 139, grifos nossos):

O Português é colonizador como é português e não vê motivos para se problematizar enquanto colonizador; pois também os não vê enquanto portugueses. É este um desses círculos viciosos de que ninguém dá conta senão de fora. Na verdade, a situação africana é a problematização da nossa existência inteira e não só a de colonizadores. Ela significa o fim de uma Mitologia, que é ao mesmo tempo, caso ímpar, nacional e colonial, e a sua metamorfose como justificação exacerbada, em mitologia colonialista, quer dizer, numa imagem tal que possa ocultar, magnificando-a a realidade histórica e presente da colonização portuguesa, o mesmo é dizer, da imagem mesma de Portugal enquanto ele se concebe inseparável da sua existência de colonizador.

Assumir culpas envolve a problematização de si. Celestino não se confessa para não encerrar dentro de si aquilo que fez e que o fez. Confessar o que se é equivale a confessar o que é Portugal, já que ser colonizador se colou ao ser português, de acordo com a visão do filósofo luso. Lados opostos e complementares de uma mesma moeda. O negreiro não se confessa, pois o colonialismo luso se configurou como impensado, retomando Eduardo Lourenço (2016). Ao ser impensado a narrativa não se arma, não se estrutura e não pode ser analisada e encerrada.

Djaimilia Pereira de Almeida (2021) não faz do pirata um ser arrependido, já que essa atitude seria incoerente com a fisionomia intelectual da personagem. Mas faz com que o povo português relativize e até mesmo celebre a vida do corsário. Unem-se assim os usos políticos do passado com os usos do esquecimento. Tal atitude reflete o desejo da nação de idealizar um passado de violência para construir o impensado e ilusório presente que transforma o pirata em herói.

Anos depois de ter regressado, os que haviam sabido capitão Celestino de volta tinham morrido. As suas viagens vinham à conversa na lota. *Lembravam-no como a um herói remoto e não como o velho que ainda vivia na casa da rua dos choupos.* Os rumores sobre o seu passado feroz eram já cantigas de pescadores [...]. (ALMEIDA, 2021, p. 85, grifos nossos).

A sociedade portuguesa realiza a transmutação do agressivo pirata em herói de cantigas, em figura quase mítica. A existência do velho negreiro deixa de representar perigo para se transformar em imagem do império a ser celebrado. Por consequência, advém também a valorização da violência. Assim, o pirata para de ter um passado à medida que se torna um passado coletivo idealizado, assim como ocorre com os feitos da dinastia de Avis. Com tal itinerário, o colonialismo português se fez impensado. Existe o natural desejo de uma nação se lembrar e se construir pelo seu passado, porém o caso de Celestino ilustra o desejo de trazer à memória não o que sucedeu, e sim eventos marcados pelas cores de um ideal, de uma imagem de centro. Similar, portanto, ao que acontece com o corsário.

O trecho supracitado dá força ao argumento de Eduardo Lourenço (2016, p. 153) de que o aspecto celebratório da colonização “jamais mudou de sentido”. Se, na volta, a sociedade sentia receio do passado agressivo de Celestino, neste momento da narrativa, passados anos do regresso, a vida dele deixa de ser pessoal à proporção que a personagem se torna a mitificação de uma memória ficcional coletiva atrelada ao império luso.

Em *A ilustre casa de Ramires*, não existe a confissão do narrador sobre as verdadeiras ações de Gonçalo, além de cuidar de galinhas, quando este vai para África. Ele precisaria do chicote para administrar uma granja em território africano? A ida altera a feição da economia narrativa queirosiana em apreço. O foco narrativo onisciente e intrusivo dá amplo espaço à presença e à voz de Gonçalo. Entretanto, no capítulo final, ocorre significativa mudança na focalização. O narrador queirosiano não informa ao leitor os atos cometidos pela personagem

na colônia portuguesa. Sabemos pelo olhar de outro personagem sobre as ações de Gonçalo Mendes Ramires em África.

A prima Maria Mendonça assiste ao desembarque de Gonçalo, em Lisboa, e relata o fato em uma carta endereçada à Gracinha Ramires, irmã do protagonista. Aquela descreve o que o Fidalgo e agora fazendeiro diz que fez. Fala-se sobre as galinhas, mas as prováveis talagadas ficam de fora. A visão onisciente do narrador queirosiano dá espaço ao olhar enviesado e particularista de uma das personagens. Sublinhemos, portanto, que nem o narrador e nem Gonçalo falam sobre África. Entende-se que Gonçalo Mendes Ramires pratica o inenarrável, o inconfessável no solo africano. O confessado se faz apenas de amenidades e bem provavelmente não condizentes com a realidade.

À medida que a personagem se torna mais violenta a saída do território português europeu se faz mais iminente, como discutido em seção anterior. A agressividade aparece quase como item necessário, ou melhor, obrigatório, para o ganho de respeito, de dinheiro e de masculinidade. O abuso da força cresce proporcionalmente ao ganho de capital. Todavia, nesse processo, Gonçalo Mendes Ramires perde materialidade no corpo da narrativa. Vamos da esfera do mostrado e do narrado para o não-mostrado e não-narrado. No último capítulo, o fidalgo da Torre se metamorfoseia quase em uma personagem fantasmática e muito provavelmente traz para a pátria os espectros que o acompanham, conforme ocorre com Celestino.

Quando ambos voltam, a confissão não se realiza. Ficamos presos nas ambivalências e nas ambiguidades entre o dito e o não dito, entre a linguagem do mar com o seu sal lançado a linguagem da terra. Se *A ilustre casa de Ramires* acaba em tom grandioso, o de *A visão das plantas* se fecha também celebrando a memória de Celestino e com impactante tom gnóstico. Após benzer o corpo morto de Celestino, padre Alfredo olha o jardim do corsário com cobiça. Reconhece que suas mãos santas mataram todas as plantas em que tocou. Se as mãos religiosas não conseguem produzir beleza, então, as de um assassino violento e sem nenhum arrependimento estão mais próximas do divino? Ampliemos a inquirição: será que o nosso mundo foi criado por uma entidade imperfeita? Então, toda confissão seria infundada. Ou foi criado por uma entidade indiferente? E, assim, toda violência se justifica à medida que o canto do mar continua a salgar a terra e memórias adulteradas a serem celebradas.

Considerações finais

Em nosso título, trazemos a expressão o que não se pode esquecer. E agora, neste momento final, a complementemos com outra: o que se quer lembrar. No movimento entre lembrar e esquecer, não podemos olvidar como o século XIX se configurou para reconhecermos quanto dele ainda vive na contemporaneidade. Relembremos a advertência de Eric Hobsbawm (2018) sobre a Era dos Impérios presente na Introdução. Uma forma de identificarmos o quanto dela ainda resiste é olharmos ao redor e encontrarmos as estátuas que celebram a colonização, os nomes de ruas que evocam figuras sanguinárias, a celebração de marcos históricos que consagram à violência e à opressão.

Se o passado violento do capitão deixa de ser seu para se tornar uma ilusão compartilhada, então, entendemos que a sociedade não quer rememorar o que ele fez, o que ele foi. Cria-se um incoerente discurso sobre o que queriam que o negreiro tivesse sido à medida que se apagam as atrocidades do que ele fez. Daí a erguerem uma estátua para Celestino são poucos passos, pois tema de cantigas ele já era. Tais posturas revelam como o diagnóstico de Eduardo Lourenço (2016) sobre o colonialismo como impensado se justifica, pois, para desmistificar outros Celestinos, o debate precisa envolver a sociedade e não acontecer apenas em produções estéticas com poucos leitores e espectadores.

Todavia, apesar de reduzido, o impensado não se faz completamente impensado, uma vez que sim a literatura como local de memória, como inventário de experiências representa significativo mecanismo de reflexão. Escritores portugueses contemporâneos como António Lobo Antunes, Lídia Jorge, Manuel Alegre, Manuel Bastos, entre outros, realizam admirável trabalho de revisão do passado colonial português e Djaimilia Pereira de Almeida (2021) se insere na esteira desses autores com *A visão das plantas*. Ao temporalizar a obra no século XIX, ela se distancia de eventos mais recentes, como a guerra colonial, mas ao mimetizar o ontem aspectos do hoje se descortinam pelo exercício de confronto entre tempos que auxiliar a encontrarmos as digitais do passado no presente.

Com essa escolha temporal e de personagem principal, que retoma Raul Brandão, a escritora desenvolve o que estava tangenciado e, de certa forma, complementa o que Eça de Queiroz deixou em aberto, no fim de *A ilustre casa de Ramires*. Sabemos o que o corsário sentiu e fez. As mortes, as atrocidades e a ausência de remorso. Mas também sabemos o que a sociedade moderna fez de Celestino, o fez capitão de navio negreiro e o fez herói. Gonçalo

Mendes Ramires e Celestino são causa e consequência do ontem que receberam e do que deixaram como legado ao hoje.

Tanto *A ilustre casa de Ramires*, quanto *A visão das plantas* terminam marcados pelo aspecto celebratório e pela mitificação das personagens. Celebração e idealização de um tipo de masculinidade, do colonialismo e da violência que formam um nó entre si. Gonçalo Mendes Ramires volta como homem a ser admirado e não mais caçoado. Celestino deixa de ser temido para ser lembrado como um “herói remoto” (ALMEIDA, 2021, p. 85). As transformações revelam o desejo de esquecer o que o colonialismo engendrou e foi para, desta forma, se criar uma imagem quimérica dos reais responsáveis por fazerem as engrenagens do sistema se mover, por conseguinte, criar uma imagem ideal de nação.

Com isso, somos, portanto, expostos aos perigos da idealização de uma memória seletiva, maquiada, redesenhada e reconfigurada para melhor atender a certos padrões ideológicos. Em tempos de avanço de discursos autoritários, como os atuais, o ato de criticamente recriar o passado pode ser entendido quase como um imperativo, ainda mais, neste agora, em que alguns indivíduos querem deliberadamente esquecer para idealizar, para arquitetar uma imagem pretérita distorcida cujo objetivo consiste em erguer uma imagem idealizada de si e do seu papel no mundo.

Referências

- ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. *A visão das plantas*. São Paulo: Todavia, 2021.
- ARENDETT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 7. ed. Tradução de Mário W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BECK, Ulrich. *Sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade*. 2. ed. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BOSI, Alfredo. Fenomenologia do olhar. In: NOVAES, Adauto (org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 65-88.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: artes de fazer*. 22. ed. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875 – 1914*. 25. ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz & Terra, 2018.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. 2. ed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JONAS, Hans. *Ensaio filosófico: da crença antiga ao homem tecnológico*. Tradução de Wendel Evangelista Soares Lopes. São Paulo: Paulus, 2017.
- LOURENÇO, Eduardo. *Do colonialismo como nosso pensado*. Lisboa: Gradiva, 2016.

- LUKÁCS, György. A fisionomia intelectual dos personagens artísticos. *In: _____*. *Marxismos e teoria da literatura*. 2. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão popular, 2010, p. 187-230.
- MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1991.
- MARTINS, Oliveira. *O Brasil e as colônias portuguesas*. Lisboa: Guimarães, 1953.
- OYĚWŪMÍ, Oyèrónkẹ. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Tradução de Wanderson Flor Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- PAZ, Octavio. *O arco e a lira*. Tradução de Ari Roitman e Paulina Wacht. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- QUEIRÓS, Eça. *A ilustre casa de Ramires*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. Íntimos fantasmas: memórias de África na literatura portuguesa contemporânea. *In: Junior, Benjamin Abdala; SILVA, Rejane Vecchia Rocha e (orgs.)*. *Literatura e memória política: Angola. Brasil. Moçambique. Portugal*. Cotia: Ateliê Editorial, 2015, p. 251-269.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Recebido em: 29/07/2021; Aceito em: 07/10/2021.